

TÉCNICO SUPERIOR SOCIOEDUCATIVO - BACHARELADO EM DIREITO **LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no caderno de provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **70** questões com quatro alternativas identificadas pelas letras **A, B, C e D** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração: ○●○○
Atenção: Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e Redação.** A não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

 **NÃO SERÁ PERMITIDO:**

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

 **TEMPO DE PROVA:**

- A prova terá duração máxima de **5 (cinco) horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início.**
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término.** Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Deverão permanecer na sala 3 (três) pessoas, sendo obrigatoriamente no mínimo 2 (dois) candidatos, até que o último candidato conclua sua prova. A saída da sala deverá ocorrer de forma simultânea, somente após a assinatura da ata de sala.

1	8	15	22	29	36	43	50	57	64
2	9	16	23	30	37	44	51	58	65
3	10	17	24	31	38	45	52	59	66
4	11	18	25	32	39	46	53	60	67
5	12	19	26	33	40	47	54	61	68
6	13	20	27	34	41	48	55	62	69
7	14	21	28	35	42	49	56	63	70



INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
DO ESPÍRITO SANTO – IASES
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2025
TÉCNICO SUPERIOR SOCIOEDUCATIVO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

RASCUNHO

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Projeto de ressocialização do CASE Sinop abre novos caminhos para jovens em conflito com a lei

Um jovem que antes carregava em sua trajetória um ato infracional gravíssimo, passou mais de dois anos internado no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Sinop. Durante esse tempo, sua vida tomou outro rumo: concluiu o Ensino Médio, participou ativamente de projetos como o xadrez e o Vida Organizada, aprendeu a respeitar regras e a conviver em harmonia. Ao sair da unidade, decidiu mudar de cidade, conquistou um emprego lícito, ingressou em novos planos de estudo e até removeu tatuagens que o ligavam a uma organização criminosa. Hoje, leva uma vida diferente, distante do crime.

O relato é da juíza Melissa de Lima Araújo, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Socioeducativo (GMF) em Sinop, que acompanha de perto o trabalho desenvolvido na unidade. Para ela, histórias como essa traduzem a importância do CASE na construção de novas perspectivas para adolescentes em conflito com a lei.

"É por meio das atividades desenvolvidas na unidade que os adolescentes adquirem novas perspectivas de futuro, aprendem a seguir regras, socializar, participar de atividades socioculturais e a se preparar para uma vida afastada da criminalidade quando forem beneficiados com medidas em meio aberto", destacou a magistrada.

No CASE Sinop, diversas iniciativas socioeducativas são desenvolvidas para fortalecer habilidades emocionais, promover a cidadania e abrir horizontes. Entre elas está o Projeto Ponto de Esperança, criado em 2021, que utiliza a técnica do crochê como ferramenta pedagógica. O trabalho manual desenvolve paciência, organização, criatividade e autonomia. Hoje, são os próprios internos que ensinam os recém-chegados a confeccionar peças, em um ciclo de cooperação e solidariedade.

Outro destaque é o Clube do Livro – Descobrimos Novos Mundos, que promove rodas de leitura e debates sobre obras literárias escolhidas coletivamente. A proposta amplia o repertório cultural, estimula a reflexão crítica e fortalece a empatia entre os jovens.

Na área ambiental, o projeto Verde do Amanhã implantou uma horta agroecológica dentro da unidade. Além de incentivar hábitos saudáveis, ensina técnicas de cultivo sustentável, compostagem e uso racional da água, despertando nos adolescentes consciência ecológica e responsabilidade social.

O projeto Xadrez – Estratégia para a Vida também tem se mostrado um aliado na formação dos socioeducandos, fortalecendo raciocínio lógico, concentração, disciplina e respeito às regras. Já a Brinquedoteca Temporária garante um espaço humanizado para visitas de filhos e familiares, reforçando

vínculos afetivos.

Segundo a juíza Melissa Araújo, muitos adolescentes chegam ao CASE oriundos de contextos em que o crime faz parte da realidade. Nesse cenário, a unidade atua como um contraponto, apresentando alternativas de vida por meio da educação, da cultura, do esporte e da profissionalização. "Compete à unidade socioeducativa demonstrar que o estudo pode oportunizar melhores condições socioeconômicas e que o trabalho lícito é viável, desde que esses jovens estejam dispostos a abraçar essa nova realidade fora do ambiente institucional", explicou.

O CASE Sinop conta com apoio do Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, universidades e comunidade local, que contribuem para o fortalecimento das ações. Para o futuro, a expectativa é ampliar os projetos já existentes e criar novas oportunidades. "Está em fase de estruturação, por exemplo, uma parceria com a Secretaria de Meio Ambiente de Sinop e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente para ensinar os internos a produzir mudas de árvores, que serão utilizadas em plantios na cidade", comentou a juíza.

A magistrada comentou sobre a necessidade de que o Estado forneça cursos profissionalizantes e um plano sociopedagógico amplo, para que os jovens saiam da unidade com uma alternativa de estudo e trabalho lícito. "Fortalecer e ampliar parcerias é essencial para que o tempo dentro do CASE seja aproveitado ao máximo para o crescimento humano e social desses adolescentes", reforçou.

<https://www.tjmt.jus.br/noticias/2025/10/projeto-ressocializacao-case-sinop-abre-novos-caminhos-para-jovens-em-conflito-a-lei>

Questão 01

(Correta: B)

"O relato é da juíza Melissa de Lima Araújo, do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Socioeducativo (GMF) em Sinop, que acompanha de perto o trabalho desenvolvido na unidade. Para ela, histórias como essa traduzem a importância do CASE na construção de novas perspectivas para adolescentes em conflito com a lei."

Considerando as regras de acentuação gráfica dos vocábulos presentes no trecho e no texto-base, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas:

() A palavra 'juíza' segue a mesma regra de acentuação aplicada ao vocábulo 'Araújo', todavia, difere do vocábulo 'juiz', que não deve ser acentuado.

() O vocábulo 'história' é uma palavra proparoxítona, pois apresenta a antepenúltima sílaba tônica.

() O vocábulo 'juíza' segue a mesma regra de acentuação do vocábulo 'gravíssimo' em que o 'i' tônico forma hiato, devendo receber acento por essa razão.

() Os vocábulos 'viável' e 'saudáveis' seguem a mesma regra de acentuação.

A sequência que preenche corretamente os itens acima,

de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.

Questão 02

(Correta: D)

"Um jovem que antes carregava em sua trajetória um ato infracional gravíssimo, passou mais de dois anos internado no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Sinop."

Considerando a classe de palavras dos vocábulos presentes no texto, identifique a alternativa incorreta.

- (A) O vocábulo 'que' é pronome relativo que retoma 'jovem' e introduz oração subordinada adjetiva.
- (B) O vocábulo 'internado' é um particípio usado como adjetivo, informando o estado do jovem.
- (C) O vocábulo 'antes' é um advérbio de tempo, indicando tempo anterior.
- (D) O termo 'gravíssimo' é um adjetivo que caracteriza o termo 'infracional', intensificando a ideia de gravidade da infração.

Questão 03

(Correta: D)

"Hoje, são os próprios internos que ensinam os recém-chegados a confeccionar peças, em um ciclo de cooperação e solidariedade."

O 'que' empregado no trecho é:

- (A) conjunção integrante que inicia uma oração subordinada predicativa.
- (B) conjunção integrante que inicia uma oração subordinada objetiva direta.
- (C) pronome relativo que inicia uma oração completiva nominal.
- (D) pronome relativo que inicia uma oração subordinada adjetiva.

Questão 04

(Correta: C)

Considerando o texto "Projeto de ressocialização do CASE Sinop abre novos caminhos para jovens em conflito com a lei", julgue as assertivas a seguir:

I.O relato do jovem que transformou sua vida após passar pelo CASE Sinop representa um exemplo individual que reflete uma mudança coletiva possível.

II.O sucesso do programa depende de políticas públicas consistentes que assegurem oportunidades de reinserção e desenvolvimento humano.

III.A ressocialização requer continuidade fora da

unidade.

IV.O preconceito social pode dificultar a reintegração.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II, III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.

Questão 05

(Correta: D)

"O CASE Sinop conta com apoio do Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, universidades e comunidade local, que contribuem para o fortalecimento das ações."

Analise a regência do verbo 'contribuir' no trecho acima e, em seguida, verifique sua transitividade nos enunciados a seguir:

I.Contribuía todos para um benefício comum.

II.Outros não puderam contribuir.

III.O prefeito contribuía cestas básicas para a creche municipal.

IV.O Estado contribuiu com dois terços do capital.

A mesma transitividade da apresentada no trecho é observada em:

- (A) III e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.

Questão 06

(Correta: C)

"No CASE Sinop, diversas iniciativas socioeducativas são desenvolvidas para fortalecer **habilidades emocionais**, promover **a cidadania** e abrir **horizontes**."

Considerando as regras de colocação pronominal, ao substituir as expressões destacadas no trecho por pronomes oblíquos, deverá ocorrer:

- (A) próclise, obrigatória nas três ocorrências, pois a preposição 'para' atrai o pronome, estando ela implícita nas construções com os verbos 'promover' e 'abrir'.
- (B) próclise, obrigatória na primeira ocorrência devido à preposição 'para', e facultativa nas duas ocorrências seguintes.
- (C) ênclise nas três ocorrências, pois os verbos estão no infinitivo, permitindo que os pronomes oblíquos sejam posicionados após os verbos.
- (D) ênclise na segunda ocorrência devido ao artigo definido 'a', e próclise na primeira e terceira ocorrências sem o artigo.

Questão 07

(Correta: C)

"Entre elas está o Projeto Ponto de Esperança, criado em 2021, que utiliza a técnica do crochê como ferramenta pedagógica."

Do ponto de vista sintático, é correto afirmar que a expressão 'o Projeto Ponto de Esperança' desempenha a função de:

- (A) Predicativo do objeto, característica atribuída ao objeto direto da oração.
- (B) Objeto direto, complemento do verbo 'estar', que, nesse contexto, indica ação.
- (C) Sujeito, termo essencial de uma oração sobre o qual se faz uma declaração.
- (D) Predicativo do sujeito, característica atribuída ao sujeito da oração, representado pelo pronome 'elas'.

Questão 08

(Correta: C)

"Hoje, leva uma vida diferente, distante do crime. É por meio das atividades desenvolvidas na unidade que os adolescentes adquirem novas perspectivas de futuro, aprendem a seguir regras, socializar, participar de atividades socioculturais e a se preparar para uma vida afastada da criminalidade."

Com base no significado que as palavras adquirem no contexto, assinale (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas:

() O vocábulo 'distante' está empregado em sentido denotativo, indicando afastamento físico da vida criminoso.

() A expressão 'vida diferente' assume valor conotativo, uma vez que indica mudança de comportamento e de valores, e não simples distinção literal.

() O termo 'perspectivas' pode ser substituído por 'expectativas' sem comprometer o sentido essencial do texto.

() No contexto do texto, 'crime' é um antônimo de 'desordem', podendo sua substituição ocorrer sem afetar o sentido essencial da passagem.

A sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, F.
- (B) F, V, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, V, V, V.

Questão 09

(Correta: D)

"No CASE Sinop, diversas iniciativas socioeducativas são desenvolvidas para fortalecer habilidades emocionais, promover a cidadania e abrir horizontes."

O verbo 'ser' está flexionado adequadamente no plural para concordar com o núcleo do sujeito 'iniciativas'. Agora, analise a concordância desse verbo nos enunciados a seguir:

- I. Quem eram os convidados que chegaram atrasados?
- II. A provisão eram alguns quilos de feijão.
- III. Vinte reais é pouco para eu pagar a passagem.
- IV. Isto são caprichos de namorados.

A concordância está adequada em:

- (A) II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

Questão 10

(Correta: A)

"Hoje, são os próprios internos que ensinam os recém-chegados a confeccionar peças, em um ciclo de cooperação e solidariedade."

O vocábulo 'recém-chegados' está grafado corretamente com hífen. Agora, avalie o emprego das palavras compostas nos enunciados a seguir:

- I. O mecânico trocou o para-choque do carro depois da batida.
- II. Eles passaram a tarde jogando pingue-pongue na casa do amigo.
- III. A criança travessa fez uma bagunça e o irmão a chamou de sem-vergonha.
- IV. O João-de-barro construiu seu ninho cuidadosamente no galho da árvore.

As palavras compostas estão grafadas corretamente em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Raciocínio Lógico-Matemático

Questão 11

(Correta: C)

Ricardo é técnico de uma escola agrícola e precisou construir um tanque retangular para armazenar água destinada à irrigação das hortas experimentais. O tanque foi projetado em formato de paralelepípedo, com 1,5 metro de largura, 2 metros de comprimento e 1,2 metro de altura. Com base nessas medidas, qual é o volume total (V) de água que o tanque pode armazenar?

- (A) $V = 4.000$ litros.
- (B) $V = 3.000$ litros.
- (C) $V = 3.600$ litros.

(D) $V = 2.800$ litros.

Questão 12

(Correta: A)

Em um torneio de xadrez, participaram 16 jogadores. A cada rodada, metade dos competidores é eliminada até restar apenas o campeão. Quantas partidas são realizadas no total durante o torneio?

- (A) São realizadas 15 partidas.
- (B) São realizadas 14 partidas.
- (C) São realizadas 12 partidas.
- (D) São realizadas 13 partidas.

Questão 13

(Correta: D)

Em um laboratório, há 10 amostras diferentes de colônias de bactérias, das quais serão selecionadas 4 para uma análise simultânea. De quantas maneiras distintas é possível escolher essas amostras, sabendo que a ordem não altera a seleção?

- (A) De 120 maneiras distintas.
- (B) De 240 maneiras distintas.
- (C) De 150 maneiras distintas.
- (D) De 210 maneiras distintas.

Questão 14

(Correta: B)

Em uma cafeteria, dois clientes fizeram pedidos diferentes. Igor pagou R\$28,00 por 2 cafés e 3 tortas, enquanto Rita pagou R\$25,00 por 3 cafés e 2 tortas. Qual é o preço de cada torta?

- (A) Cada torta custa R\$8,20.
- (B) Cada torta custa R\$6,80.
- (C) Cada torta custa R\$7,00.
- (D) Cada torta custa R\$9,00.

Questão 15

(Correta: B)

Caio está desenvolvendo um algoritmo para prever padrões de crescimento em séries numéricas usadas em simulações computacionais. Em um dos testes, o programa gerou a sequência: 5, 8, 13, 20, 29, ... O pesquisador precisa identificar o próximo termo para verificar se o sistema reconhece o padrão corretamente. Qual é o próximo número dessa sequência?

- (A) O próximo termo é 44.
- (B) O próximo termo é 40.
- (C) O próximo termo é 42.
- (D) O próximo termo é 38.

Informática

Questão 16

(Correta: C)

O funcionamento de um computador depende da interação entre seus componentes físicos e lógicos, responsáveis por processar, armazenar e transmitir informações. Acerca dos conceitos fundamentais de hardware, software e dispositivos de entrada e saída, julgue as afirmativas a seguir e marque V (verdadeira) ou F (falsa):

(__) O processador (CPU) é considerado o "cérebro" do computador, pois realiza operações lógicas e aritméticas, além de coordenar o funcionamento dos demais componentes.

(__) A memória RAM é um tipo de armazenamento permanente, que mantém os dados mesmo após o desligamento do computador.

(__) O disco rígido (HD) e as unidades de estado sólido (SSD) são exemplos de memórias secundárias, utilizadas para armazenamento de longo prazo.

(__) Dispositivos como mouse, teclado e scanner são classificados como periféricos de saída, pois exibem informações processadas pelo computador.

(__) O monitor, a impressora e o projetor são exemplos de dispositivos de saída, responsáveis por apresentar os resultados ao usuário.

(__) O software é a parte física do computador, responsável por realizar o processamento das informações.

(__) O hardware é composto pelos elementos tangíveis, como placa - mãe, memória, processador, entre outros, que interagem com os programas instalados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta (V ou F):

- (A) F, V, F, V, V, F, F.
- (B) V, F, V, F, V, F, F.
- (C) V, F, V, F, V, F, V.
- (D) V, F, F, V, F, V, F.

Questão 17

(Correta: C)

O uso da Internet envolve diversas ferramentas e recursos que vão desde a navegação em páginas até o envio de mensagens por correio eletrônico. Sobre esses recursos e seus princípios de funcionamento, analise as afirmativas a seguir:

I. Uma URL (Uniform Resource Locator) identifica de forma única o endereço de um recurso na web, podendo indicar um site, uma imagem ou até mesmo um documento armazenado em um servidor.

II. Os hiperlinks são elementos clicáveis em uma página que direcionam o usuário a outro conteúdo, seja dentro

do mesmo site ou em um endereço completamente diferente.

III. Na maioria dos navegadores modernos, é possível imprimir páginas da web em formato digital (como PDF) sem precisar de impressora física, utilizando a função de exportação.

IV. O correio eletrônico (e-mail) funciona exclusivamente por meio de aplicativos instalados no computador, sem suporte a acesso via navegador de Internet.

V. Ferramentas de busca, como o Google e o Bing, utilizam algoritmos que indexam palavras-chave e apresentam resultados relevantes com base no conteúdo das páginas e na frequência de acesso dos usuários.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras.
- (B) As afirmativas I, II, III, IV e V são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, II, III e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.

Questão 18

(Correta: C)

Num mundo em que ameaças digitais se tornaram constantes, a segurança da informação passou a depender de uma combinação de softwares que protegem os sistemas e os dados dos usuários. Acerca deste tema, a seguir assinale a alternativa correta.

- (A) O antivírus é responsável apenas por detectar e remover vírus de computador, não oferecendo proteção contra outras formas de malware, como trojans, worms e ransomware.
- (B) Atualmente, o uso de softwares de segurança tornou-se dispensável, pois os sistemas operacionais modernos, como o Windows 11, eliminam automaticamente qualquer tipo de ameaça, sem necessidade de proteção adicional.
- (C) O firewall atua como uma barreira entre a rede interna e a externa, controlando o tráfego de entrada e saída de dados e podendo bloquear tentativas de acesso não autorizado.
- (D) Programas anti-spyware têm função semelhante aos antivírus, mas são voltados exclusivamente à recuperação de arquivos deletados acidentalmente pelo usuário.

Questão 19

(Correta: A)

Durante décadas, o sistema operacional Windows se consolidou como o sistema operacional mais utilizado em computadores pessoais, evoluindo de uma interface simples de janelas para um ambiente robusto, integrado à nuvem e com recursos de segurança avançados. Considerando as funções básicas, recursos e características do Windows 10 e 11, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) A Área de Trabalho é o espaço principal de interação do usuário, podendo conter atalhos para programas, pastas e arquivos, além de permitir personalização de ícones e plano de fundo.
- (B) O Painel de Controle foi completamente removido nas versões mais recentes do Windows, sendo substituído de forma integral pelo aplicativo "Configurações", sem possibilidade de acesso às funções antigas.
- (C) O Windows não oferece suporte a múltiplos usuários em um mesmo computador, exigindo a reinstalação do sistema para cada novo perfil de acesso criado.
- (D) O Gerenciador de Tarefas permite apenas encerrar programas travados e o Gerenciador de informações mostra dados sobre o desempenho, memória e estado da rede do computador.

Questão 20

(Correta: B)

Os aplicativos do Microsoft Office, Word 2019 e Excel 2019, oferece um conjunto de recursos voltados à produção e análise de documentos e dados. Acerca das funcionalidades e características do Word 2019 e Excel 2019, analise as afirmativas a seguir:

I. No Word 2019, é possível aplicar sombreamento e bordas a parágrafos ou tabelas, permitindo destacar trechos específicos de um texto de maneira visualmente organizada.

II. O recurso de Marcadores e Numeração no Word possibilita criar listas automáticas, mas não permite personalização de símbolos ou níveis hierárquicos.

III. Cabeçalhos e rodapés podem conter número de página, data, logotipo e até campos automáticos, aparecendo repetidamente em todas as páginas do documento.

IV. No Excel 2019, a formatação condicional serve apenas para alterar a fonte das células, sem permitir a aplicação de cores ou ícones baseados em valores.

V. A criação de gráficos no Excel pode ser feita a partir de tabelas de dados, com diferentes tipos de visualização, como colunas, linhas, pizza e barras.

VI. As fórmulas e funções no Excel são iniciadas com o sinal "=", e podem realizar desde cálculos simples até operações estatísticas e lógicas complexas.

Assinale a alternativa correta:

- (A) As afirmativas I, II, III, IV, V e VI são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I, III, V e VI são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e VI são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas II, III, IV, V e VI são verdadeiras.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

(Correta: A)

O regime jurídico-administrativo brasileiro é pautado por um conjunto de princípios basilares, expressos e implícitos, que norteiam a atuação do gestor público. A Emenda Constitucional nº 19/1998 introduziu formalmente o princípio da eficiência no caput do Art. 37 da Constituição Federal, somando-o aos já existentes princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (LIMPE). A correta aplicação desses princípios é essencial para a validade dos atos administrativos e para a probidade na gestão da coisa pública, exigindo uma análise ponderada em casos de aparente conflito entre eles.

Acerca dos princípios da Administração Pública, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O princípio da publicidade é absoluto, não admitindo exceções, uma vez que a transparência total é um pilar do Estado Democrático de Direito, sobrepondo-se a qualquer outro interesse.

() A eficiência, como princípio constitucional, exige que a Administração Pública atue com presteza, perfeição e rendimento funcional, mas sua aplicação não pode sobrepor-se ao princípio da legalidade.

() O princípio da impessoalidade veda que a Administração atue com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, mas permite a promoção pessoal de agentes públicos em publicidade de atos, programas ou obras governamentais, desde que de forma educativa.

() A moralidade administrativa não se confunde com a moral comum, exigindo do administrador um comportamento ético pautado na honestidade, lealdade e boa-fé, sendo um pressuposto de validade de todo ato administrativo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, F, F, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.

Questão 22

(Correta: B)

A Lei nº 9.455/1997 tipifica o crime de tortura, um delito considerado pela Constituição Federal como inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. A legislação prevê diversas modalidades de tortura, incluindo a tortura-prova, a tortura-crime e a tortura-discriminação. Além das condutas comissivas (praticar a tortura), a lei também prevê a responsabilização penal pela omissão diante da prática do delito, conhecida como tortura-omissão.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I. Aquele que, tendo o dever de evitar ou apurar a prática de tortura, se omite diante dessas condutas quando tinha a possibilidade de fazê-lo, incorre no crime de tortura-omissão, punido com pena de detenção de um a quatro anos.

II. O crime de tortura-omissão, previsto no Art. 1º, § 2º da lei, é um crime próprio, que exige uma qualidade especial do agente (o dever de evitar ou apurar), não se aplicando ao cidadão comum sem esse dever funcional.

III. A condenação pelo crime de tortura, em qualquer de suas modalidades, acarreta a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, sendo esses efeitos automáticos da sentença.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 23

(Correta: C)

A Administração Pública brasileira, conforme definida pela Constituição Federal e pelo Decreto-Lei nº 200/1967, estrutura-se em Administração Direta e Indireta. A Administração Direta é composta pelos órgãos que integram a estrutura central dos entes federativos (União, Estados, DF e Municípios). Já a Administração Indireta é composta por entidades com personalidade jurídica própria, criadas para desempenhar atividades específicas de forma descentralizada. Considerando a composição da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Integram a Administração Indireta as autarquias, as fundações públicas e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que executam serviços públicos mediante contrato de gestão.
- (B) Integram a Administração Indireta as autarquias, as empresas públicas e as organizações sociais (OS), sendo estas últimas criadas por lei específica.
- (C) Integram a Administração Indireta as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (D) Integram a Administração Indireta as sociedades de economia mista, as fundações públicas e os consórcios públicos, que sempre possuem personalidade jurídica de direito privado.

Questão 24

(Correta: C)

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, em seu Art. 60, § 4º, um núcleo de matérias que não podem ser objeto de deliberação de proposta de emenda tendente a

aboli-las, conhecidas como "cláusulas pétreas". Essas limitações materiais ao poder de reforma constitucional visam proteger os pilares fundamentais do Estado brasileiro. Dentre essas limitações, encontra-se a proteção dos direitos e garantias individuais, o que gera debates sobre o alcance exato dessa proteção. Considerando a disciplina das cláusulas pétreas, assinale a alternativa correta.

- (A) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir os direitos sociais, que são equiparados integralmente aos direitos individuais para fins de cláusula pétrea.
- (B) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, e o sistema de governo presidencialista.
- (C) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir os direitos e garantias individuais.
- (D) As cláusulas pétreas não podem ser alteradas de forma alguma, sendo vedada qualquer emenda que modifique o texto dos direitos e garantias individuais, mesmo que seja para ampliá-los.

Questão 25

(Questão anulada)

A proteção da dignidade sexual, especialmente de pessoas em situação de vulnerabilidade, foi reforçada pela Lei nº 12.015/2009, que introduziu o Art. 217-A no Código Penal, tipificando o crime de estupro de vulnerável. Esse tipo penal estabelece uma presunção de violência quando a vítima é menor de 14 anos, gerando debates complexos sobre a natureza dessa presunção e a possibilidade de relativização diante de casos concretos.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I. Comete o crime de estupro de vulnerável (Art. 217-A) quem tem conjunção carnal ou pratica outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos, sendo a pena de reclusão de 8 a 15 anos.

II. A vulnerabilidade do menor de 14 anos é absoluta (presunção *jure et de jure*), sendo irrelevante para a configuração do crime o consentimento da vítima, sua experiência sexual anterior ou a existência de um relacionamento amoroso.

III. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgados recentes (ex: Info 820), tem flexibilizado o entendimento da presunção absoluta de vulnerabilidade, admitindo a atipicidade material da conduta em situações excepcionais, desde que comprovado o consentimento e a maturidade da vítima.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I, II e III.

(D) II e III apenas.

Questão 26

(Correta: C)

Os poderes hierárquico e disciplinar são instrumentos fundamentais da Administração Pública para organizar sua estrutura interna e garantir a correta atuação de seus agentes. Embora intrinsecamente ligados, especialmente quando aplicados aos servidores públicos, esses poderes não se confundem em seus conceitos, fundamentos e alcance. A hierarquia estabelece a relação de coordenação e subordinação, enquanto o poder disciplinar fundamenta a aplicação de sanções.

Acerca dos poderes hierárquico e disciplinar, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O poder hierárquico é a faculdade que a Administração possui de distribuir e escalonar suas funções, estabelecendo uma relação de subordinação entre os órgãos e agentes, permitindo ordens, fiscalização e avocação de competências.

(__) O poder disciplinar é a faculdade de apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e a todos os particulares que com a Administração se relacionem, mesmo aqueles sem vínculo jurídico específico.

(__) Todo poder disciplinar decorre do poder hierárquico; ou seja, a Administração só pode aplicar sanções aos seus próprios servidores, não alcançando particulares.

(__) A avocação de competência, uma manifestação do poder hierárquico, é permitida em caráter excepcional, por motivos relevantes e por tempo determinado, mas não pode ocorrer se a competência for exclusiva do órgão subordinado.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 27

(Questão anulada)

A Segurança Pública é tratada no Art. 144 da Constituição Federal como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O caput do artigo lista os órgãos responsáveis por exercer essa função, estabelecendo um rol que tem sido objeto de análise pelo STF quanto à sua natureza taxativa ou exemplificativa, especialmente no que tange à inclusão de outros entes, como as guardas municipais. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O STF possui entendimento de que o rol do Art. 144 é exemplificativo, permitindo que os Estados criem Polícias Científicas ou Polícias Penais estaduais como novos órgãos de segurança, independentemente de previsão constitucional.
- (B) O STF fixou tese (Tema 1.028) de que o rol de órgãos de segurança pública previsto no Art. 144 da CF é taxativo, não podendo os Estados ou Municípios criarem novos órgãos com esse status, embora as guardas municipais integrem o sistema.
- (C) O STF entende que as guardas municipais, por não estarem no rol expresso dos incisos do Art. 144, não integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), atuando apenas na proteção de bens municipais, sem poder de polícia.
- (D) O STF decidiu que as guardas municipais, embora não listadas nos incisos do Art. 144, são órgãos de segurança pública (interpretação do caput) e integram o SUSP, possuindo poder de polícia, mas com atuação limitada à proteção de bens, serviços e instalações do Município.

Questão 28

(Correta: A)

Os direitos sociais, elencados no Art. 6º da Constituição Federal, representam prestações positivas que o Estado deve assegurar aos cidadãos, visando a redução das desigualdades sociais e a garantia de condições mínimas de existência digna. Diferentemente de alguns direitos individuais de primeira dimensão, os direitos sociais frequentemente demandam políticas públicas ativas e alocação de recursos orçamentários para sua plena efetivação. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido instado a se manifestar sobre a natureza do rol apresentado no Art. 6º, debatendo se ele esgota o universo dos direitos sociais ou se permite a inclusão de outros não textualmente previstos. Considerando a jurisprudência consolidada do STF sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O rol de direitos sociais previsto no Art. 6º da Constituição Federal é considerado exemplificativo (*numerus apertus*), permitindo o reconhecimento de outros direitos sociais não expressos, decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição.
- (B) O rol de direitos sociais previsto no Art. 6º da Constituição Federal é exemplificativo, mas sua ampliação depende exclusivamente de lei complementar específica, não podendo ser realizada por interpretação judicial ou emenda.
- (C) O rol de direitos sociais previsto no Art. 6º da Constituição Federal é taxativo (*numerus clausus*), não admitindo a inclusão de novos direitos por via de interpretação judicial, apenas por Emenda Constitucional.

- (D) O rol de direitos sociais previsto no Art. 6º da Constituição Federal é taxativo; contudo, o STF entende que os direitos ali listados são autoaplicáveis e independem de qualquer regulamentação infraconstitucional para sua exigibilidade.

Questão 29

(Correta: C)

A Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) redefiniu os crimes de abuso de autoridade, estabelecendo um rol de condutas e fixando regras claras sobre o sujeito ativo desses delitos e o elemento subjetivo exigido. O Art. 2º da lei define quem é considerado agente público para fins de aplicação de suas normas, abrangendo uma vasta gama de indivíduos ligados à Administração Pública, independentemente da natureza de seu vínculo.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I.É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II.A lei reputa-se agente público, para seus efeitos, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública.

III.A pessoa que não é agente público, mas induz ou concorre dolosamente para a prática do abuso de autoridade praticado por agente público, responde pelo crime na medida de sua culpabilidade, mas com a pena atenuada pela ausência da condição funcional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 30

(Correta: D)

O direito de greve é assegurado aos trabalhadores da iniciativa privada (Art. 9º) e, de forma específica, aos servidores públicos civis (Art. 37, VII) pela Constituição Federal de 1988. No entanto, o exercício desse direito pelos servidores públicos civis possui peculiaridades, pois o Art. 37, VII, estabelece que ele "será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica". Diante da omissão legislativa em regulamentar esse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal foi obrigado a intervir para garantir a eficácia desse direito social. Considerando a situação do direito de greve do servidor público civil e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de greve é assegurado a todos os servidores públicos, civis e militares; contudo, a omissão legislativa impede totalmente o seu exercício, configurando uma norma de eficácia limitada sem aplicabilidade imediata.
- (B) O STF entende que a omissão legislativa em regulamentar a greve do servidor público impede o exercício do direito, cabendo ao servidor apenas o direito de pleitear judicialmente uma indenização pela omissão do Congresso Nacional.
- (C) Diante da omissão legislativa, o STF decidiu que o direito de greve do servidor público é uma norma de eficácia contida, podendo ser exercido plenamente, mas a Administração pode descontar os dias parados, independentemente da motivação da greve.
- (D) Diante da omissão legislativa, o STF, em Mandado de Injunção, decidiu que se aplica ao direito de greve dos servidores públicos civis, no que couber, a lei de greve da iniciativa privada (Lei nº 7.783/1989), até que sobrevenha a lei específica.

Questão 31

(Correta: B)

O princípio da legalidade, pilar fundamental do Direito Penal moderno, está consagrado no Art. 1º do Código Penal e no Art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, sob a máxima "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". Esse princípio se desdobra em diversas garantias, notadamente o da anterioridade da lei penal, que regula a aplicação da lei no tempo e veda a retroatividade de normas prejudiciais ao réu.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I.O princípio da anterioridade da lei penal veda a aplicação de uma lei nova que criminaliza uma conduta (novatio legis in criminosa) a fatos praticados antes de sua vigência.

II.A lei penal mais gravosa (lex gravior) aplica-se aos crimes continuados ou permanentes, mesmo que o início da conduta tenha ocorrido sob a vigência da lei anterior mais branda, desde que a continuidade ou permanência cesse já na vigência da nova lei.

III.O princípio da legalidade, em sua dimensão de taxatividade ou certeza, exige que os tipos penais sejam claros e precisos, vedando a criação de crimes e penas por meio de analogia **in malam partem** (em prejuízo do réu).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 32

(Correta: D)

A Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) estabeleceu, em seu Art. 1º, § 1º, um elemento subjetivo especial (dolo específico) para a configuração dos crimes nela previstos, exigindo a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou por mero capricho ou satisfação pessoal. Além disso, a lei trouxe uma importante salvaguarda para a atuação de agentes públicos, especialmente aqueles que exercem funções interpretativas.

Acerca do elemento subjetivo e das excludentes na Lei de Abuso de Autoridade, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade, tratando-se de uma causa de exclusão da tipicidade da conduta.

()A lei exige o dolo (elemento subjetivo geral) para a configuração dos crimes, mas não prevê a punição de qualquer conduta a título de culpa.

()A finalidade específica (prejudicar, beneficiar, agir por capricho) é exigida para todos os crimes da lei, atuando como um elemento subjetivo especial do tipo; sua ausência torna o fato atípico.

()Se um agente público pratica uma das condutas descritas na lei, mas o faz por negligência ou imprudência, responderá por abuso de autoridade na modalidade culposa.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, V, V, F.

Questão 33

(Correta: B)

A Constituição Federal de 1988 estabelece um complexo sistema de repartição de competências entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), visando equilibrar a autonomia federativa com a necessidade de uniformidade em matérias de interesse nacional. O Art. 24 trata da competência legislativa concorrente, onde a União estabelece normas gerais e os Estados (e o DF) exercem a competência suplementar. A ausência de norma geral federal ou a superveniência dela gera efeitos jurídicos específicos sobre a legislação estadual. Considerando as regras da competência legislativa concorrente, assinale a alternativa correta.

- (A) Na competência concorrente, a União estabelece normas gerais e os Estados podem apenas detalhar especificidades locais, sendo-lhes vedado legislar plenamente mesmo na omissão da União, sob pena de usurpação de competência.

- (B) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades; contudo, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- (C) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não podem legislar sobre a matéria, devendo aguardar a manifestação da União para exercerem sua competência suplementar.
- (D) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga automaticamente qualquer lei estadual anterior sobre a mesma matéria, independentemente de haver ou não contrariedade entre elas.

Questão 34

(Questão anulada)

As alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa (LIA) impactaram significativamente o regime de prescrição para ajuizamento das ações e também para a aplicação das sanções. A nova lei estabeleceu um prazo único de prescrição e introduziu a figura da prescrição intercorrente, que não era admitida pela jurisprudência anterior do STJ sob a égide da lei antiga.

Acerca do regime prescricional na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O prazo de prescrição para ajuizar a ação de improbidade administrativa foi unificado em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

(__) A instauração de inquérito civil ou processo administrativo para apurar os ilícitos suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a conclusão ou esgotado o prazo.

(__) A nova lei passou a prever a prescrição intercorrente, que ocorre caso o processo fique paralisado, sendo o prazo de 4 (quatro) anos, ou seja, metade do prazo prescricional principal de 8 anos.

(__) O STF, ao julgar o Tema 1199 de Repercussão Geral, decidiu que a nova regra da prescrição intercorrente (Art. 23, § 5º) é retroativa, aplicando-se aos processos em curso, inclusive para fatos ocorridos antes da Lei nº 14.230/2021.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, V.
 (B) V, V, V, V.
 (C) F, V, V, F.
 (D) V, V, F, V.

Questão 35

(Correta: B)

O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) é o instrumento formal utilizado pela Administração Pública para apurar a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Regido pela Lei nº 8.112/1990 (no âmbito federal) e pela Constituição, o PAD deve observar garantias fundamentais, como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Acerca do Processo Administrativo Disciplinar, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O PAD desenvolve-se, no rito ordinário, nas seguintes fases: instauração (com a publicação do ato que constitui a comissão), inquérito administrativo (que compreende instrução, defesa e relatório) e julgamento (pela autoridade competente).

(__) Conforme súmula vinculante do STF, é indispensável a presença de advogado constituído ou defensor dativo em todas as fases do Processo Administrativo Disciplinar, sob pena de nulidade absoluta.

(__) A autoridade julgadora está estritamente vinculada às conclusões do relatório da comissão processante, não podendo divergir quanto à penalidade a ser aplicada.

(__) O prazo para a conclusão do PAD, no rito ordinário, é de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período em caso de necessidade, contados da data de publicação do ato que constitui a comissão.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, F.
 (B) V, F, F, V.
 (C) V, F, V, F.
 (D) V, V, F, V.

Questão 36

(Correta: A)

A responsabilidade civil do Estado por atos de seus agentes é uma das garantias fundamentais do cidadão perante o Poder Público. O Art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, estabeleceu a regra geral para a responsabilização das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos, adotando uma teoria específica que se diferencia da responsabilidade civil subjetiva (baseada na culpa) do direito privado.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

(__) A Constituição Federal adotou a teoria do risco administrativo, que fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, exigindo apenas a conduta (ação ou omissão), o dano e o nexo causal, prescindindo da comprovação de dolo ou culpa do agente.

() A teoria do risco administrativo não se confunde com a teoria do risco integral; naquela, admitem-se causas excludentes de responsabilidade, como a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito ou a força maior.

() Em caso de danos causados por omissão do Estado, a jurisprudência majoritária do STF aplica a teoria da responsabilidade subjetiva (falta do serviço ou *faute du service*), exigindo a comprovação da culpa administrativa.

() A ação regressiva do Estado contra o agente público causador do dano também é objetiva, bastando que o Estado comprove o pagamento da indenização à vítima.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, F
- (B) V, F, F, V
- (C) F, V, V, F
- (D) V, V, F, F

Questão 37

(Correta: B)

Os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, tipificados pela Lei nº 7.716/1989, recebem tratamento constitucional rigoroso, sendo considerados inafiançáveis e imprescritíveis, conforme o Art. 5º, XLII, da Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal, ao longo dos anos, tem interpretado o alcance dessa proteção, notadamente no que tange à equiparação de outras formas de discriminação ao racismo e à distinção entre o crime de racismo e o de injúria racial.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Habeas Corpus (HC) 82.424 (caso Ellwanger), decidiu que o antissemitismo se enquadra no conceito de racismo, para fins de aplicação da imprescritibilidade.

II. O STF, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, determinando a aplicação da Lei nº 7.716/1989 enquanto não houver lei específica.

III. A Lei nº 14.532/2023 alterou o Código Penal e a Lei nº 7.716/1989, equiparando a injúria racial (Art. 140, § 3º, CP) ao crime de racismo (Lei 7.716), tornando-a também inafiançável e imprescritível.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 38

(Correta: A)

A invalidação dos atos administrativos é um mecanismo

de controle da Administração Pública e do Poder Judiciário sobre a legalidade e o mérito da atuação administrativa. A doutrina e a legislação distinguem duas formas principais de invalidação: a anulação e a revogação. Esses institutos possuem fundamentos, autoridades competentes e efeitos distintos, sendo essencial diferenciá-los para a correta aplicação do direito.

Acerca da invalidação dos atos administrativos, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A anulação é a retirada de um ato administrativo ilegal (viciado), operando efeitos retroativos (*ex tunc*), e pode ser feita tanto pela própria Administração (autotutela) quanto pelo Poder Judiciário.

() A revogação é a retirada de um ato administrativo válido, porém inoportuno ou inconveniente ao interesse público, operando efeitos não retroativos (*ex nunc*), sendo de competência exclusiva da Administração Pública.

() O Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional, pode revogar atos administrativos discricionários, desde que demonstrem ser contrários ao interesse público, substituindo a avaliação de mérito do administrador.

() Os atos administrativos vinculados, por não possuírem margem de liberdade (mérito), não podem ser revogados, mas apenas anulados caso contenham vício de legalidade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 39

(Correta: D)

A Constituição Federal de 1988 assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. No âmbito do Direito Processual Penal, essas garantias são pilares do sistema acusatório. Contudo, a aplicação desses princípios na fase de investigação preliminar, especialmente no Inquérito Policial, é objeto de intenso debate doutrinário e jurisprudencial, dada a natureza inquisitorial e preparatória desse procedimento.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I. O Inquérito Policial, por ser um procedimento administrativo de natureza inquisitorial, não assegura o contraditório e a ampla defesa em sua plenitude (contraditório real), mas sim um contraditório diferido (postergado para a fase processual).

II. Conforme a Súmula Vinculante nº 14 do STF, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso

amplo e irrestrito a todos os elementos de prova já documentados no Inquérito Policial, mesmo aqueles ainda pendentes de análise ou diligência.

III.A ampla defesa no Inquérito Policial se manifesta, entre outras formas, no direito do investigado de estar assistido por advogado, que pode apresentar razões e quesitos, embora a autoridade policial não esteja obrigada a deferir todas as diligências requeridas pela defesa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III apenas.

Questão 40

(Correta: D)

O princípio do devido processo legal, insculpido no Art. 5º, LIV, da Constituição Federal, estabelece que "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal". Essa garantia fundamental é considerada a base de todas as demais garantias processuais. A doutrina e a jurisprudência do STF distinguem duas dimensões desse princípio: o devido processo legal formal (ou procedimental) e o devido processo legal substancial (ou material). Considerando essa distinção, assinale a alternativa correta.

- (A) O devido processo legal formal é a garantia de que o processo seguirá o rito estabelecido em lei; contudo, essa dimensão se sobrepõe à substancial, de modo que uma lei, mesmo que desproporcional, deve ser aplicada se o rito for seguido.
- (B) O devido processo legal formal (ou procedimental) refere-se exclusivamente ao direito de ter um juiz imparcial, não abrangendo o direito ao contraditório ou à ampla defesa, que são princípios autônomos.
- (C) O devido processo legal substancial aplica-se apenas ao processo penal, exigindo que a pena seja justa, enquanto o devido processo legal formal se aplica apenas ao processo civil.
- (D) O devido processo legal substancial (ou material) refere-se à necessidade de que as leis e decisões estatais que restringem direitos sejam razoáveis e proporcionais, controlando o conteúdo do ato estatal.

Questão 41

(Correta: B)

Dentre os remédios constitucionais destinados a proteger os direitos fundamentais, o habeas data (Art. 5º, LXXII) ocupa uma posição específica, voltada à tutela do direito à informação pessoal do indivíduo. Sua impetração, regulada pela Lei nº 9.507/1997, possui requisitos específicos e um pressuposto processual que o diferencia de outras ações, como o mandado de segurança. Trata-se de uma garantia essencial contra o

uso indevido de dados pessoais por entidades governamentais ou de caráter público. Considerando a disciplina constitucional e legal do habeas data, assinale a alternativa correta.

- (A) O habeas data é a ação constitucional adequada para obter informações de interesse coletivo ou geral, desde que constantes em bancos de dados públicos, substituindo a ação popular.
- (B) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (C) O habeas data pode ser impetrado para a retificação de dados, mesmo que o impetrante prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, sendo a via constitucional sempre preferencial.
- (D) A petição inicial do habeas data independe de prévio requerimento administrativo, bastando a demonstração do interesse de agir pela simples existência do registro dos dados do impetrante.

Questão 42

(Correta: B)

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) foi instituído para garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Um dos conceitos centrais trazidos por esta lei é o de "Ações Afirmativas", que são políticas públicas voltadas à correção de desigualdades históricas.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I.O Estatuto da Igualdade Racial define ações afirmativas como os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

II.As ações afirmativas constituem-se em políticas públicas destinadas a reparar distorções e desigualdades sociais, visando promover a inclusão social da população negra, não se aplicando a outros grupos étnicos.

III.O Estatuto determina que o poder público deve garantir a implementação de ações afirmativas para ampliar a participação de negros em cargos em comissão e funções de confiança na administração pública.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 43

(Correta: A)

O Ministério Público, tratado pela Constituição Federal de 1988 como função essencial à Justiça, é uma instituição permanente, encarregada da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para garantir sua atuação independente, a Carta Magna dotou a instituição de um conjunto de princípios e garantias específicas que estruturam sua organização e funcionamento, distinguindo-o das demais carreiras jurídicas do Estado. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- (B) É princípio institucional do Ministério Público a independência funcional, que se confunde com a autonomia administrativa e financeira da instituição.
- (C) É princípio institucional do Ministério Público a unidade, sendo vedada a sua divisão em ramos especializados, como o Ministério Público do Trabalho ou Militar.
- (D) São princípios institucionais do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

Questão 44

(Correta: B)

A teoria do delito, em sua concepção tripartida e finalista, adotada majoritariamente no Brasil, define o crime como um fato típico, ilícito e culpável. A correta alocação dos elementos subjetivos, como o dolo e a culpa, e a análise das excludentes de cada um desses substratos são fundamentais para a justa aplicação da lei penal. A evolução da teoria finalista da ação, proposta por Welzel, reestruturou a análise do crime, deslocando o dolo e a culpa da culpabilidade (como na teoria causalista) para o interior do tipo penal, mais especificamente, para a conduta.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I. Na teoria finalista, o dolo e a culpa integram a conduta, que por sua vez é elemento do fato típico; conseqüentemente, o erro de tipo essencial (Art. 20, CP) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

II. O erro de proibição (Art. 21, CP), que ocorre quando o agente atua sem a consciência da ilicitude do fato, é tratado como uma excludente da culpabilidade, mesmo em sua modalidade inescusável (indesculpável), isentando o réu de pena.

III. As causas supralegais de exclusão da ilicitude, como o consentimento do ofendido, embora não previstas expressamente no Art. 23 do Código Penal, são admitidas pela doutrina e jurisprudência, desde que o bem jurídico seja disponível e o titular capaz de

consentir.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) II apenas.

Questão 45

(Correta: C)

O Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Esse poder se manifesta por meio de um conjunto de atividades conhecido como "ciclo de polícia". A doutrina debate intensamente quais fases desse ciclo podem ser delegadas a entidades privadas, especialmente após decisões relevantes do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Acerca do Poder de Polícia e seu ciclo, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O ciclo de polícia é tradicionalmente dividido em quatro fases: ordem de polícia (legislação), consentimento de polícia (licenças/autorizações), fiscalização de polícia (verificação do cumprimento) e sanção de polícia (aplicação de penalidades).

() O STF, em sede de repercussão geral (RE 633.782), firmou o entendimento de que todas as fases do ciclo de polícia são delegáveis a pessoas jurídicas de direito privado, desde que integrantes da Administração Pública Indireta.

() A fase de sanção de polícia, por envolver atos de coerção direta e restrição de direitos, é considerada indelegável a entidades privadas, mesmo aquelas que prestam serviços públicos.

() A fase de consentimento (ex: emissão de licenças) e a fase de fiscalização podem ser delegadas a entidades privadas (como sociedades de economia mista ou empresas públicas), desde que mantido o poder decisório (sanção e ordem) com o ente público.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 46

(Correta: D)

O ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou

impor obrigações aos administrados ou a si própria. Para a consecução do interesse público, os atos administrativos são dotados de atributos especiais, como a presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade, que os diferenciam dos atos privados.

Acerca dos atributos do ato administrativo, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A autoexecutoriedade permite que a Administração Pública execute suas próprias decisões por meios coercitivos diretos, independentemente de autorização judicial prévia, sendo um atributo presente em todos os atos administrativos sem exceção.

() A imperatividade, também chamada de poder extroverso, é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância, criando obrigações unilaterais.

() A presunção de legitimidade (ou veracidade) é relativa (juris tantum), admitindo prova em contrário, e inverte o ônus da prova, cabendo ao administrado comprovar eventual vício do ato.

() A executoriedade e a autoexecutoriedade são sinônimos perfeitos na doutrina majoritária, ambos significando a possibilidade de execução forçada do ato pela própria Administração.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) V, F, F, F.
- (D) F, V, V, F.

Questão 47

(Correta: D)

O Código Penal, em seu Art. 121, tipifica o crime de homicídio. O § 1º do referido artigo prevê a figura do homicídio privilegiado, uma causa de diminuição de pena que reconhece circunstâncias subjetivas que reduzem a reprovabilidade da conduta do agente. Essas circunstâncias não excluem o crime, mas atenuam a resposta penal do Estado, exigindo requisitos específicos para sua configuração, como a temporalidade da reação emocional.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I. Configura-se o homicídio privilegiado se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

II. O domínio de violenta emoção exige que o agente esteja totalmente controlado pela emoção, diferindo da mera "influência" de violenta emoção, que é tratada como atenuante genérica no Art. 65 do CP.

III. O requisito "logo em seguida" à injusta provocação admite um intervalo temporal de dias ou semanas, desde

que comprovado que o agente ainda estava sob o domínio da emoção causada pela vítima.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.

Questão 48

(Correta: D)

A Defensoria Pública, elevada ao status de instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado pela Emenda Constitucional nº 80/2014, tem como incumbência a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Para assegurar sua atuação, a Constituição foi alterada para lhe garantir prerrogativas semelhantes às de outras funções essenciais, como o Ministério Público e o Judiciário. Considerando as garantias institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Defensoria Pública, embora essencial, é vinculada administrativamente ao Poder Executivo, não possuindo autonomia orçamentária própria, dependendo dos repasses discricionários deste Poder.
- (B) Os membros da Defensoria Pública gozam da garantia da vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- (C) A Defensoria Pública possui autonomia funcional, mas sua proposta orçamentária deve ser submetida e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo (Governador ou Presidente) antes de ser enviada ao Legislativo.
- (D) A Constituição Federal, após a Emenda Constitucional nº 45/2004 e reforçada pela EC 80/2014, assegura às Defensorias Públicas Estaduais autonomia funcional, administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária.

Questão 49

(Correta: B)

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) sofreu profundas alterações pela Lei nº 14.230/2021, que redefiniu diversos aspectos centrais do regime sancionatório dos agentes públicos e particulares. Uma das modificações mais significativas diz respeito ao elemento subjetivo exigido para a configuração dos atos ímprobos, impactando diretamente o alcance da lei e a responsabilização dos gestores. A nova legislação buscou delimitar de forma mais estrita o que constitui improbidade.

Acerca das alterações promovidas pela Lei nº

14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()A nova lei passou a exigir o dolo específico como elemento subjetivo para a configuração de todos os atos de improbidade administrativa, extinguindo a modalidade de improbidade por conduta culposa.

()A mera nomeação ou indicação política por detentores de mandatos eletivos passou a ser considerada ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração, independentemente da aferição de dolo.

()A indisponibilidade de bens do réu, visando garantir o ressarcimento ao erário, passou a ser vedada sobre o bem de família, mesmo que este seja fruto da vantagem patrimonial indevida obtida com o ato ímprobo.

()Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) foram automaticamente absorvidos pela Lei de Improbidade, passando a ser punidos apenas na esfera cível.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, F, F, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 50

(Correta: A)

Dentre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, o peculato (Art. 312 do Código Penal) é um dos mais relevantes. Ele se caracteriza, em sua modalidade "peculato-apropriação", pela apropriação de bem móvel, público ou particular, de que o agente tem a posse em razão do cargo. A lei prevê, ainda, outras modalidades, como o peculato-desvio e o peculato-furto.

Assim, analise as afirmativas a seguir:

I.No peculato-apropriação (Art. 312, caput, 1ª parte), o funcionário público se apropria de bem de que tem a posse lícita em razão do cargo, invertendo o ânimo da posse (passa a agir como dono).

II.No peculato-furto (Art. 312, § 1º), o funcionário público não tem a posse do bem, mas se vale da facilidade que o cargo lhe proporciona para subtrair-lo ou concorrer para a subtração.

III.O peculato culposo (Art. 312, § 2º) ocorre quando o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem; nesse caso, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.

(C) I e II apenas.

(D) II e III apenas.

Legislação referente à Política Socioeducativa

Questão 51

(Correta: B)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, constitui o documento fundante do direito internacional dos direitos humanos, estabelecendo um ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações. Seus artigos delineiam direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais que são interdependentes e indivisíveis. No contexto socioeducativo, a DUDH serve como pilar ético fundamental, orientando a vedação de práticas cruéis e a promoção da dignidade humana, mesmo para aqueles em conflito com a lei.

Assim, analise as afirmativas a seguir com base na DUDH:

I.Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

II.O direito à instrução será universal, sendo a instrução elementar gratuita e obrigatória, enquanto a instrução técnico-profissional e a superior serão acessíveis a todos, baseadas no mérito, sendo, contudo, permitido restringir o acesso por motivos de opinião política.

III.Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 52

(Correta: C)

A Resolução nº 119/2006 do CONANDA, anterior mesmo à Lei do SINASE, foi um documento basilar que aprovou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e estabeleceu parâmetros arquitetônicos, pedagógicos e de gestão para as unidades de atendimento. Ela detalhou aspectos práticos que a legislação posterior (Lei nº 12.594/2012) viria a consolidar e, em alguns pontos, atualizar. A resolução aborda desde a estrutura física das unidades, como a capacidade máxima e as condições de salubridade, até as diretrizes para o Plano Individual de Atendimento (PIA) e a formação dos profissionais. Um dos pontos centrais da resolução são os parâmetros para a organização da gestão do atendimento socioeducativo. Sobre os parâmetros de gestão do SINASE, conforme estabelecido na Resolução CONANDA nº 119/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) Estabelece que as unidades de internação (regime fechado) devem ter capacidade máxima de 80 adolescentes, visando otimizar os recursos humanos e materiais.
- (B) Determina que a relação entre o número de adolescentes e o número de profissionais de nível superior (equipe técnica) deve ser de, no máximo, 20 adolescentes por profissional.
- (C) Prevê que o Plano Individual de Atendimento (PIA) deve ser elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica da entidade, com a participação do adolescente e de sua família.
- (D) Define que o atendimento socioeducativo deve ser coordenado exclusivamente por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, garantindo a integração com as forças policiais.

Questão 53

(Correta: B)

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 5º, consagra um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, que constituem cláusulas pétreas e são a base do Estado Democrático de Direito. Esses direitos permeiam toda a atuação da Administração Pública, incluindo o sistema socioeducativo, onde a tensão entre a garantia de direitos e a aplicação de medidas restritivas é constante. O respeito a esses preceitos é inegociável, e o conhecimento de suas nuances é vital para o agente público, especialmente no que tange à liberdade, à privacidade e ao devido processo legal.

À luz dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos no Art. 5º da CF/88, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

() A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

() É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, sendo vedada a todas as presas a amamentação de seus filhos durante o período de cumprimento da pena.

() Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 54

(Correta: B)

A Justiça Restaurativa (JR) e a Comunicação Não Violenta (CNV) são paradigmas que vêm ganhando espaço no âmbito do sistema de justiça e, especificamente, no socioeducativo, como alternativas ou complementos aos modelos puramente retributivos. A JR foca na reparação dos danos, no encontro entre vítima, ofensor e comunidade, e na restauração dos laços sociais rompidos pelo ato infracional. A CNV, por sua vez, oferece uma metodologia para aprimorar a comunicação, focando em sentimentos e necessidades, essencial para a mediação de conflitos e para a construção de planos de atendimento mais humanizados.

Assim, analise as afirmativas a seguir sobre esses conceitos:

I. Na Justiça Restaurativa, o foco central é a punição proporcional ao ato praticado, utilizando o diálogo apenas como ferramenta para a aceitação da sanção imposta pelo Estado.

II. A Comunicação Não Violenta (CNV) estrutura-se em quatro componentes: observação (sem julgamento), sentimento (identificação do estado emocional), necessidades (o que gerou o sentimento) e pedido (uma ação concreta).

III. Os Círculos Restaurativos são uma das metodologias da JR, que buscam criar um espaço seguro para o diálogo, onde todos os participantes, incluindo a vítima e o ofensor, têm voz para construir coletivamente uma solução para o conflito.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.

Questão 55

(Correta: C)

A Lei nº 9.455/1997 tipifica o crime de tortura, em consonância com o mandamento constitucional que a considera crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. No contexto da política socioeducativa, essa legislação é de observância obrigatória, pois veda que agentes públicos ou qualquer pessoa utilize de violência ou grave ameaça para obter confissão ou aplicar castigo pessoal a adolescente em cumprimento de medida. A lei é rigorosa e estabelece, inclusive, a responsabilidade por omissão.

Assim, analise as afirmativas a seguir sobre a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997):

I. Aquele que se omite em face de condutas de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos, configurando um tipo penal autônomo.

II. O crime de tortura é afiançável e suscetível de graça ou anistia, desde que não resulte em morte ou lesão

corporal grave.

III.A condenação pelo crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.

Questão 56

(Correta: B)

A Lei nº 13.869/2019, nova Lei de Abuso de Autoridade, atualizou a definição dos crimes cometidos por agentes públicos, servidores ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abusem do poder que lhes tenha sido atribuído. Esta lei é de aplicação direta no sistema socioeducativo, pois regula a conduta dos agentes no tratamento com os adolescentes, especialmente em situações que envolvem o uso da força, procedimentos disciplinares ou restrição de direitos, exigindo que a atuação estatal se dê nos estritos limites legais e com a finalidade específica de interesse público.

Assim, analise as afirmativas a seguir sobre a Lei de Abuso de Autoridade:

I.Os crimes previstos na Lei 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada, não cabendo ao particular o direito de propor ação penal privada subsidiária.

II.Constitui crime submeter o preso ou o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.

III.A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade, exigindo-se o dolo específico de prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.

Questão 57

(Correta: B)

Um dos instrumentos centrais de gestão pedagógica no SINASE, instituído pela Lei nº 12.594/2012, é o Plano Individual de Atendimento (PIA). Este documento não é um mero relatório burocrático, mas sim a ferramenta essencial para planejar, executar e avaliar a medida socioeducativa, individualizando o atendimento e

promovendo a participação efetiva do adolescente e de sua família no processo. O PIA deve ser elaborado pela equipe técnica da entidade de atendimento e conter uma série de elementos que orientam a trajetória do adolescente no sistema, visando seu desenvolvimento pessoal e social e sua eventual desvinculação da medida.

Assim, analise as afirmativas a seguir sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA) conforme a Lei nº 12.594/2012:

I.O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, e deverá conter, entre outros, os objetivos e metas a serem alcançados pelo adolescente.

II.O PIA deve ser elaborado no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de ingresso do adolescente no programa de atendimento, tanto para medidas em meio aberto quanto para as privativas de liberdade.

III.A avaliação do PIA, obrigatória para as medidas de internação e semiliberdade, será feita no máximo a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária decidir fundamentadamente pela manutenção, substituição ou extinção da medida.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) II apenas.

Questão 58

(Correta: B)

As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, conhecidas como 'Regras de Mandela', revisadas em 2015, estabelecem os padrões contemporâneos de gestão prisional e de tratamento de pessoas privadas de liberdade, aplicáveis por analogia, no que couber, ao sistema socioeducativo, especialmente em unidades de internação. Elas reforçam a dignidade humana como pilar central, detalhando aspectos sobre registros, condições de alojamento, higiene, saúde, contato com o exterior e a proibição absoluta de tortura e de sanções disciplinares cruéis, como o confinamento em solitária por tempo indeterminado. A gestão de uma unidade de privação de liberdade exige o conhecimento profundo dessas regras. No que tange às Regras de Mandela, assinale a alternativa correta.

- (A) As visitas conjugais são consideradas um privilégio a ser concedido pela direção da unidade, e não um direito, podendo ser suspensas indefinidamente como medida disciplinar.

- (B) O confinamento solitário, definido como o isolamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa por 22 horas ou mais por dia sem contato humano significativo, é proibido como sanção disciplinar, e seu uso prolongado (mais de 15 dias consecutivos) é considerado tortura.
- (C) A revista por intrusão (revista íntima) dos visitantes é um procedimento padrão de segurança, devendo ser aplicada a todos que ingressam na unidade, independentemente de suspeita.
- (D) Os reclusos devem ter acesso a serviços de saúde, mas o tratamento de doenças mentais graves pode ser realizado no próprio alojamento, pelo pessoal de segurança, para evitar deslocamentos.

Questão 59

(Correta: D)

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça a Criança e do Adolescente, conhecidas como Regras de Beijing (1985), estabelecem diretrizes cruciais para o tratamento de jovens em conflito com a lei, influenciando legislações em todo o mundo, inclusive o ECRIAD e o SINASE no Brasil. Elas propõem uma abordagem que equilibra a responsabilização com o bem-estar do jovem, enfatizando a proporcionalidade, a diversidade de medidas e a mínima intervenção do sistema formal de justiça. O documento destaca a importância da discricionariedade policial e do Ministério Público na derivação (diversion) de casos, buscando sempre que possível soluções extrajudiciais. No que tange aos objetivos fundamentais da justiça da infância e da juventude, as Regras de Beijing definem um paradigma específico. Considerando as perspectivas fundamentais delineadas nas Regras de Beijing, assinale a alternativa correta.

- (A) A idade de responsabilidade penal juvenil deve ser fixada universalmente aos 14 anos, não se admitindo uma idade mínima inferior, para garantir a maturidade do discernimento.
- (B) Os registros de jovens infratores devem ser mantidos permanentemente no sistema de justiça criminal adulto, para fins de avaliação de reincidência futura.
- (C) A privação de liberdade deve ser utilizada como medida prioritária para infrações graves, visando a proteção social imediata e a dissuasão de futuros delitos.
- (D) O sistema de justiça da Criança e do Adolescente, deverá enfatizar o bem-estar da criança e do adolescente e assegurar que qualquer reação ao delito seja sempre proporcional às circunstâncias do infrator e do delito.

Questão 60

(Correta: A)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) representa um marco na proteção integral,

estabelecendo um rol detalhado de direitos e deveres. Para o adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional e que se encontra em regime de privação de liberdade, o ECRIAD garante direitos específicos que visam assegurar sua dignidade, seu desenvolvimento e a manutenção de seus vínculos familiares e comunitários, mesmo durante o cumprimento da medida. A gestão de unidades de internação deve, portanto, pautar-se estritamente por essas garantias, que são irrenunciáveis e visam o caráter pedagógico da intervenção.

Acerca dos direitos do adolescente privado de liberdade, conforme expressamente previsto no Art. 124 do ECRIAD, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) Receber escolarização e profissionalização, sendo facultado o acesso a atividades culturais, esportivas e de lazer.

(__) Ter acesso aos meios de comunicação social, exceto em casos de sanção disciplinar que justifique a incomunicabilidade temporária.

(__) Receber, no mínimo, 6 (seis) refeições diárias e usufruir de alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade.

(__) Ser informado de sua situação processual, sempre que solicitar, por meio da defensoria técnica ou diretamente pela autoridade judiciária.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, F, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, F, F, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 61

(Correta: C)

O Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios reitores da Administração Pública em todas as esferas da federação (União, Estados, DF e Municípios), sendo a bússola para a conduta dos agentes públicos, incluindo aqueles que atuam no sistema socioeducativo. A gestão dos programas de atendimento, a contratação de pessoal, a realização de licitações e a prestação do serviço devem obedecer estritamente a esses mandamentos constitucionais. A probidade administrativa e a eficiência na alocação de recursos são exigências fundamentais para a garantia dos direitos dos adolescentes atendidos.

Acerca dos princípios e regras da Administração Pública (Art. 37, CF/88), marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A Administração Pública direta e indireta obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(__) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou

de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

() A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sendo esta a regra geral de ingresso no serviço.

() É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, ou a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, F, V.

Questão 62

(Correta: D)

A ética na Administração Pública transcende o mero cumprimento da lei (princípio da legalidade), englobando os princípios da moralidade, da impessoalidade e da eficiência, conforme preceitua a Constituição Federal. A conduta do agente público, especialmente no sistema socioeducativo, onde se lida com direitos de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, exige um padrão ético elevado. O Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil Federal) e legislações estaduais e municipais correlatas, bem como os princípios de Direitos Humanos, formam o arcabouço que guia a atuação proba, transparente e respeitosa do servidor.

Assim, analise as afirmativas a seguir sobre a ética no serviço público:

I. O princípio da moralidade administrativa exige que o agente público distinga o certo do errado, o honesto do desonesto, mas o limita ao que está expresso na lei, não podendo o Judiciário invalidar um ato legal com base em conceitos morais abstratos.

II. A conduta ética do servidor público restringe-se ao seu local de trabalho e ao horário de expediente, não tendo a Administração Pública competência para apurar fatos relativos à sua vida privada.

III. O princípio da impessoalidade veda que o agente público utilize a máquina administrativa para promoção pessoal, como ocorre na publicidade de atos e programas governamentais onde constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.

(D) III apenas.

Questão 63

(Questão anulada)

A Lei nº 7.716/1989 é um diploma legal central no ordenamento jurídico brasileiro para o combate ao racismo, definindo os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Esta lei é distinta da injúria racial (prevista no Código Penal, recentemente equiparada ao racismo), pois trata de condutas que segregam ou negam direitos a um grupo ou coletividade, e não apenas da ofensa à honra de um indivíduo. No ambiente socioeducativo, a aplicação desta lei é fundamental para coibir práticas discriminatórias por parte de agentes ou mesmo entre os adolescentes, reforçando o caráter de crime inafiançável e imprescritível do racismo.

Sobre os tipos penais e disposições da Lei nº 7.716/1989, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos, por preconceito de raça ou cor, constitui crime punido com reclusão.

() Constitui crime, nos termos desta lei, praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com pena de reclusão de um a três anos e multa.

() Em todos os crimes previstos nesta Lei, a pena será agravada se o crime for cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza.

() Os crimes previstos nesta Lei são afiançáveis e prescritíveis, exceto quando praticados com violência real contra a vítima.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 64

(Correta: D)

A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU (1989), ratificada pelo Brasil em 1990 (Decreto nº 99.710/90), é o tratado de direitos humanos mais amplamente aceito na história e teve influência direta na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela estabelece quatro princípios fundamentais: a não discriminação, o interesse superior da criança, o direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento, e o direito à participação (opinião). No que se refere à justiça juvenil, a Convenção dedica artigos específicos que orientam como os Estados-Partes devem tratar crianças e

adolescentes em conflito com a lei.

Sobre as diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A Convenção estabelece que toda criança privada de liberdade será tratada com humanidade e respeito à dignidade, devendo ser separada dos adultos, a menos que se considere que tal separação não seja do interesse superior da criança.

() A privação de liberdade, incluindo a detenção, a prisão ou a internação, deve ser utilizada como medida de último recurso e durante o período mais breve possível.

() A criança privada de liberdade terá o direito de manter contato com sua família por meio de correspondência e de visitas, salvo em circunstâncias excepcionais.

() A idade mínima de responsabilidade penal (ou infracional) é fixada pela Convenção em 14 anos, devendo os Estados-Partes se absterem de processar crianças abaixo dessa idade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 65

(Questão anulada)

A Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012) não apenas institui o sistema, mas também regula detalhadamente a execução das medidas socioeducativas, trazendo garantias processuais e direitos específicos para os adolescentes durante o cumprimento. A lei estabelece um regime disciplinar, o direito à visitação, à educação, à saúde e as competências dos entes federados. Um ponto crucial é a definição do regime disciplinar dentro das unidades de atendimento socioeducativo, que deve equilibrar a necessidade de ordem e segurança com o respeito à dignidade do adolescente e o caráter pedagógico da intervenção.

Sobre as garantias e regras de execução das medidas no SINASE (Lei nº 12.594/2012), marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, entre outros, ser tratado com respeito e dignidade e receber visitas, ao menos, semanais, não podendo estas ser suspensas como sanção disciplinar.

() A sanção de isolamento em alojamento individual, aplicada em regime disciplinar, não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias e depende de autorização judicial expressa.

() A semiliberdade, uma das medidas socioeducativas, está sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, não comportando prazo determinado.

() É vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento ao adolescente durante o período noturno, garantindo-se que, mesmo sancionado, ele permaneça em alojamento coletivo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, F, V, F.
- (D) V, F, F, V.

Questão 66

(Correta: D)

O Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 é a norma matriz que instituiu no Brasil a Doutrina da Proteção Integral, estabelecendo a prioridade absoluta da criança, do adolescente e do jovem. Este artigo impõe um dever compartilhado entre a família, a sociedade e o Estado para assegurar, com absoluta prioridade, uma vasta gama de direitos fundamentais. No âmbito do sistema socioeducativo, este artigo é a base que justifica a natureza pedagógica da medida, a vedação de tratamento desumano ou degradante e a obrigação do Estado em prover programas de atendimento eficazes. A compreensão da amplitude desse dever tripartite é essencial para a formulação e execução de políticas públicas na área. Sobre o disposto no Art. 227 da CF/88, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente, sendo, contudo, permitida a redução da idade de imputabilidade penal para 16 anos, por meio de emenda constitucional, para crimes hediondos.
- (B) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitindo a participação de entidades não governamentais, desde que estas assumam integralmente os custos do atendimento, sem repasse de verbas públicas.
- (C) A Constituição prevê que os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares, mas determina que os programas de atendimento a crianças e adolescentes devem ser executados exclusivamente em unidades socioeducativas.

(D) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Questão 67

(Questão anulada)

A Lei Complementar nº 46/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo, detalha os deveres, proibições e o regime de responsabilidade dos agentes públicos, incluindo as regras para o Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Para os profissionais que atuam no sistema socioeducativo deste estado, o conhecimento dessa norma é fundamental para pautar sua conduta ética e profissional, bem como para compreender as consequências de eventuais faltas cometidas no exercício da função, garantindo o devido processo legal em apurações internas.

Assim, analise as afirmativas a seguir sobre o regime disciplinar da LC 46/1994 (ES):

I.São penalidades disciplinares previstas na lei a advertência, a suspensão, a demissão, a cassação de aposentadoria e a destituição de cargo em comissão.

II.A penalidade de advertência será aplicada verbalmente em casos de violação de proibição ou inobservância de dever funcional, não sendo registrada nos assentos funcionais.

III.O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, sendo o prazo de conclusão de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.

Questão 68

(Correta: C)

As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, também conhecidas como 'Regras de Havana' (1990), são um instrumento fundamental para salvaguardar a dignidade e os direitos de adolescentes em unidades socioeducativas. Elas complementam as Regras de Beijing e detalham os procedimentos de admissão, classificação, tratamento, disciplina e contato com o mundo exterior. O objetivo central é garantir que a privação de liberdade seja uma medida excepcionalíssima e que, quando aplicada, seu

impacto negativo seja minimizado e seu potencial educativo e de reintegração social seja maximizado.

Sobre as garantias e procedimentos previstos nas Regras de Havana, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)A utilização de meios de coerção física, como algemas, só é permitida como medida de último recurso em situações excepcionais de legítima defesa ou para evitar evasão, sendo vedada como sanção disciplinar.

(__)A revista corporal por intrusão (revista íntima) é permitida, desde que realizada por profissional de saúde qualificado e autorizada pela direção da unidade, visando a segurança.

(__)Todo jovem privado de liberdade deve ter o direito de comunicar-se regularmente com sua família e amigos, sendo permitido à autoridade competente limitar ou proibir essas visitas por razões disciplinares.

(__)Os jovens devem ser mantidos separados dos adultos nas instituições, a menos que se considere que a coabitação seja benéfica para os envolvidos, como em programas de mentoria.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, F, F, V.
- (C) V, F, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 69

(Correta: A)

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) é um instrumento legal de grande relevância, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. No contexto socioeducativo, onde frequentemente se observa um perfil majoritário de adolescentes negros e pardos, a aplicação do Estatuto é vital para assegurar um atendimento que respeite as especificidades étnico-raciais, promova o reconhecimento de sua cultura e combata o racismo institucional que pode permear as práticas das unidades de atendimento. A lei aborda diversas áreas, como saúde, educação, cultura e acesso à terra. Considerando as disposições do Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa correta.

(A) Define como discriminação racial ou étnico-racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais.

- (B) Cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) como um órgão de natureza exclusivamente executiva, centralizado na União, sem a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (C) Determina que o estudo da história geral da África e da cultura afro-brasileira é facultativo no ensino fundamental e médio, público e privado, cabendo a cada sistema de ensino decidir sua implementação.
- (D) Assegura o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana, mas permite o seu impedimento em estabelecimentos de internação coletiva, como as unidades socioeducativas, por razões de segurança.

Questão 70

(Questão anulada)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) disciplina de forma minuciosa a apuração de ato infracional atribuído a adolescente, estabelecendo um rito processual específico que visa garantir o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, sempre sob a ótica da proteção integral. Desde a apreensão em flagrante até a aplicação da medida socioeducativa pela autoridade judiciária, o ECRAD impõe uma série de procedimentos e prazos que devem ser rigorosamente observados, sob pena de nulidade ou extinção do processo, refletindo a brevidade e a excepcionalidade da intervenção judicial na vida do adolescente. Um dos momentos críticos desse procedimento é a fase que sucede a apresentação imediata do adolescente ao Ministério Público. Sobre os procedimentos de apuração do ato infracional, conforme o ECRAD, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional for liberado pelos pais ou responsável, o Ministério Público poderá promover o arquivamento dos autos, conceder a remissão ou representar à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa.
- (B) O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, é de 60 (sessenta) dias, contados da data da apreensão.
- (C) A remissão concedida pelo Ministério Público antes de iniciado o procedimento judicial, por ser uma forma de perdão, implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, constando em certidão de antecedentes.
- (D) Caso o adolescente não seja localizado para citação no procedimento, o juiz determinará a suspensão do processo e do prazo prescricional, aplicando-se as regras do Código de Processo Penal.

REDAÇÃO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a redação consistirá na elaboração de um texto dissertativo com, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e no máximo, 30 (trinta) linhas, ambos sem contar o título, com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

A Folha de Respostas Definitivas deverá conter os dados identificadores do candidato exclusivamente no campo específico previamente designado. É estritamente proibido que o candidato insira tais dados nas linhas destinadas à transcrição da redação e suas extremidades. Caso isso ocorra, será atribuída nota ZERO à redação.

Será atribuída nota ZERO à redação que:

1. Não observar as orientações presentes no caderno de questões;
2. Com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
3. Contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato, nas linhas destinadas à transcrição da redação e suas extremidades;
4. Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
5. Estiver em branco;
6. Fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
7. For escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
8. Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
9. Apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.
10. For redigida em língua diversa daquela solicitada

Observe, ainda:

- ✓ O rascunho da redação deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, NÃO será avaliado;
- ✓ O candidato NÃO poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
- ✓ A prova de redação deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
- ✓ A redação NÃO deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
- ✓ Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas;
- ✓ Na Folha de Respostas Definitivas da prova de redação, os campos destinados aos dados identificadores do candidato são de uso exclusivo para o controle interno do IDCAP, sendo estes suprimidos para o processo de correção.
- ✓ A correção da prova será de forma desidentificada.

Questão 01

(Correta: A)

Para produzir a sua redação, leia atentamente os textos motivadores apresentados a seguir:

TEXTO 1

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Retirado de: BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

TEXTO 2

Por um sistema socioeducativo voltado à reintegração social de adolescentes

Para que o Sistema Socioeducativo funcione de maneira eficiente, é necessário que as unidades sejam dotadas de uma estrutura mínima que permita o desenvolvimento de atividades educativas, profissionais e psicológicas. O trabalho de ressocialização deve ser realizado de forma integrada, envolvendo a colaboração entre educadores, psicólogos, assistentes sociais e familiares, para que o adolescente consiga se reintegrar de forma efetiva à sociedade.

Santiago (2019) aponta que a reforma das unidades socioeducativas, com investimentos em infraestrutura, capacitação de profissionais e criação de programas educacionais específicos, poderia ajudar significativamente no processo de reintegração dos adolescentes. Além disso, Lima (2018) destaca a importância de programas que incentivem o empoderamento juvenil, visando à promoção de habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e respeito às normas sociais, essenciais para evitar a reincidência criminal.

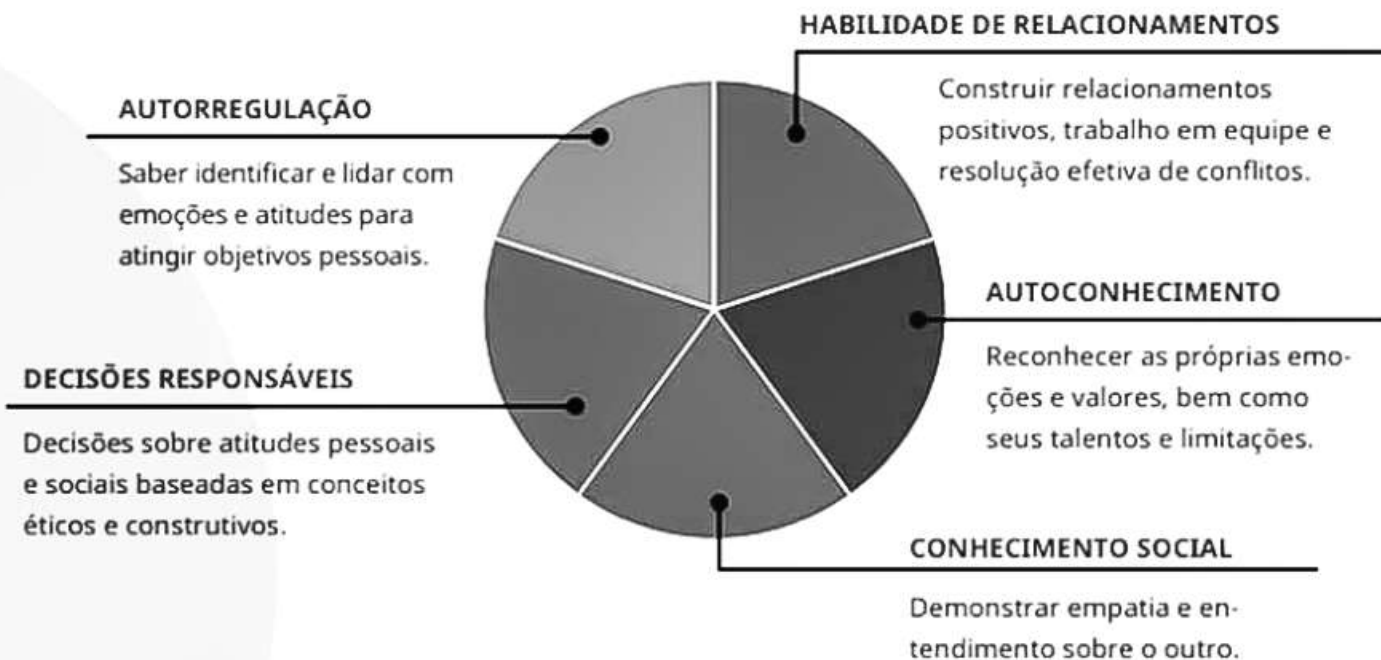
O Sistema Socioeducativo brasileiro enfrenta grandes desafios estruturais que comprometem o sucesso na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. A superlotação e a falta de infraestrutura adequada, somadas à escassez de programas educacionais e profissionais capacitados, dificultam a implementação de um sistema que tenha como principal objetivo a reinserção social e a construção de novas identidades para os jovens infratores. A estigmatização promovida por um sistema focado apenas na punição reforça a ideia de que os adolescentes são "irrecuperáveis", o que, em muitos casos, resulta na reincidência criminal.

É fundamental que o Sistema Socioeducativo se concentre, de fato, na ressocialização, por meio de programas que integrem educação, formação profissional e apoio psicológico. A criação de unidades socioeducativas adequadas e programas sociais que fortaleçam os vínculos familiares e a participação da comunidade são ações necessárias para que o sistema cumpra seu verdadeiro papel: a reintegração dos adolescentes à sociedade de forma digna e saudável.

Retirado e adaptado de: AGUIAR, Graciele Almeida de. Juventude invisível: desafios e possibilidades da socioeducação. Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2025. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/921067/2/Juventude%20Invis%C3%ADvel.pdf> Acesso em: 14 nov., 2025.

Competências Socioemocionais

Competências socioemocionais são o conjunto de habilidades, comportamentos e atitudes que indivíduos precisam ter para tomar decisões bem-sucedidas.



A aprendizagem socioemocional é o **processo** pelo qual crianças e jovens **adquirem** as competências socioemocionais.

Fonte: CASEL

Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/wp-content/uploads/2019/12/50.png> Acesso em: 14

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita, empregando a norma culta da língua portuguesa, com extensão entre 20 e 30 linhas, sobre o tema "Direito à educação e à educação socioemocional como caminhos de prevenção à reincidência juvenil". Elabore seu texto pautando-o em argumentos, redija-o de forma coesa e coerente com o tipo textual solicitado.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

